

Santos, Patrick; Filho, Luís Silva

Conference Paper

A teoria do desenvolvimento econômico regional e o crescimento econômico brasileiro de 1950 a 2010

55th Congress of the European Regional Science Association: "World Renaissance: Changing roles for people and places", 25-28 August 2015, Lisbon, Portugal

Provided in Cooperation with:

European Regional Science Association (ERSA)

Suggested Citation: Santos, Patrick; Filho, Luís Silva (2015) : A teoria do desenvolvimento econômico regional e o crescimento econômico brasileiro de 1950 a 2010, 55th Congress of the European Regional Science Association: "World Renaissance: Changing roles for people and places", 25-28 August 2015, Lisbon, Portugal, European Regional Science Association (ERSA), Louvain-la-Neuve

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/124773>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.



A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL E O CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Patrick Leite Santos¹
Luís Abel da Silva Filho²

Resumo: a dinâmica do desenvolvimento econômico regional encontra pressupostos teóricos na evolução da ciência regional quanto proposta de explicação dos fenômenos das aglomerações e da desconcentração das atividades produtivas. As políticas de desenvolvimento econômico implantadas no Brasil lograram desempenho satisfatório das taxas de crescimento econômico no auge do modelo de crescimento por endividamento externo, e apresentaram fracassos das ações, logo nos primeiros sinais de ausência de financiamento do crédito no mercado financeiro internacional. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar o crescimento econômico brasileiro, a partir da teoria do desenvolvimento econômico regional e do crescimento econômico em ciclos. Metodologicamente buscou-se suporte teórico no arcabouço citado e, em seguida, construíram-se indicadores de crescimento econômico regional, a partir dos dados do Produto Interno Bruto – PIB brasileiro no recorte temporal que compreende os anos de 1950-2010. Os resultados mostraram concentração acentuadamente elevada do PIB na região economicamente mais dinâmica do país (Sudeste), mesmo com redução relativamente ao longo dos anos, bem como ocorrência de mudanças estruturais nas atividades econômicas brasileiras. A indústria ganha destaque ao longo dos anos em que as políticas industriais foram induzidas no país e perde participação em meio às mudanças macroeconômicas assistidas em contexto de inflação elevada e desestabilização das contas externas brasileiras.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; crescimento econômico; políticas de desenvolvimento regional no Brasil.

1. Considerações iniciais

O desenvolvimento e crescimento econômico são forças que evoluem de forma variável, normalmente em ciclos, e com características diferentes em cada região geográfica. No Brasil, país de imensa extensão territorial, essas divergências são mais evidentes. Ao longo de sua formação, várias foram as transformações e dinâmicas registradas. Devido às inúmeras diferenças sociais, econômicas e culturais, habituou-se à concorrência entre as subdivisões da nação (regiões, estados e municípios), esquecendo que se trata de partes de uma região maior, que deveriam operar em função do bem-estar do todo (BOUDEVILLE, 1973).

Mello (1997) explica que devido a essas diferenças, se a interligação das regiões for dada ao livre jogo dos mercados, a desigualdade se propaga e se intensifica, por meio de um comércio de vantagens comparativas. Essa espécie de comércio é caracterizada pela relação centro/periferia, onde se produz a ilusão de progresso por meio da elevação do consumo, mas

¹ Graduado em Economia pela Universidade Regional do Cariri – URCA; Mestrando em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

² Estudante de Doutorado em Desenvolvimento Econômico – Economia Social e do Trabalho pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – CESIT-IE-UNICAMP; Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA; Bolsista Assistente de Pesquisa III do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.



que tende a agravar as diferenças. Essas divergências, em meio ao cenário mundial da atualidade; de globalização e mudanças rápidas, ditadas pela dinâmica de empresas multinacionais que inundaram o país com a abertura comercial; resultou no desenvolvimento e crescimento desigual do Brasil, havendo, regiões altamente desenvolvidas enquanto outras caminham a passos curtos (PACHECO, 1998). Esse crescimento desigual é prejudicial ao todo, implicando a necessidade de medidas intervencionistas por parte do Estado (MYRDAL, 1960).

Diante dessa construção histórica da economia brasileira e da teoria de desenvolvimento regional, este trabalho tem como objetivo analisar e discutir a evolução da economia brasileira em âmbito regional e setorial de 1950 a 2010, a fim de investigar se as diferenças entre as regiões e setores produtivos estão se elevando ou reduzindo. Para tanto, são utilizados dados do PIB regional e setorial, retirados da base de dados do Ipeadata, e desenvolvidos índices de participação relativa (IPR).

Para atingir o objetivo proposto, o artigo é estruturado na seguinte configuração: além das considerações iniciais; a segunda seção abrange os procedimentos metodológicos utilizado no estudo; na terceira expõe-se a teoria do desenvolvimento regional em sua abordagem evolutiva; em seguida, na quarta seção, relatam-se as políticas de desenvolvimento regional no Brasil, na quinta seção apresentam-se os programas de crescimento brasileiro, na sexta seção, aborda-se a dinâmica do crescimento brasileiro; e por fim as considerações finais.

2. Procedimentos metodológicos

A fim de cumprir o objetivo proposto, o trabalho foi desenvolvido em duas etapas: a primeira consiste no estudo da teoria econômica regional, que embasa teoricamente os pressupostos regionais utilizados na segunda parte, para análise dos dados quantitativos, que serão apresentados, analisados e discutidos. A abordagem geografia refere-se ao território brasileiro subdividido em suas cinco macrorregiões, sendo elas: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste; no que se refere à série temporal, analisam-se informações do Produto Interno Bruto brasileiro no período que vai de 1950 a 2010. Como suporte teórico, recorrer-se às obras de Walter Isard (1962), François Perroux (1955), Boudeville (1961), George Myrdal (1960) e Pacheco (1998; 1999). A partir da base de dados, o tratamento empírico será feito a partir da utilização do Índice de Participação Relativa (IPR), amplamente utilizado por Haddad (1989) e Lodder (1974), dentre outros.

O IPR consiste em quantificar a participação do PIB de cada setor ou região em relação ao total produzido pelo conjunto de regiões do Brasil. Para obtenção do índice proposto utilizam-se as definições abaixo:

PIB_s = PIB do setor produtivo (s = indústria/ serviços/ agropecuária).

PIB_r = PIB da região (r = Norte/ Nordeste/ Sudeste/ Sul/ Centro-Oeste).

$\sum_s \sum_r PIB$ = PIB de todos os setores produtivos e de todas as regiões brasileiras.

Assim, a partir das fórmulas abaixo é possível calcular o IPR por setor em relação ao PIB do Brasil (IPR_s) e o IPR regional em relação ao PIB do Brasil (IPR_r).



$$IPR_s = \frac{PIB_s}{\sum_s \sum_r PIB} \quad (1)$$

$$IPR_r = \frac{PIB_r}{\sum_s \sum_r PIB} \quad (2)$$

O IPR varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior a participação do setor ou da região em relação ao produto brasileiro, e quanto mais próximo de 0, menor a participação (LODDER, 1974; HADDAD, 1989).

3. Teoria do Desenvolvimento Regional

A teoria que tem como centro o desenvolvimento regional adquiriu relevância após a segunda guerra mundial, quando a desigualdade entre os diversos países e dentro se mostrou alarmante (DINIZ, 2001). Surgiu em duas frentes diferentes: nos Estados Unidos da América (EUA) foi liderada por Walter Isard, com um estudo amplo e generalizado, tendo como foco a modelagem locacional; enquanto na Europa foi liderada por Perroux, que tinha como ponto de partida a desigualdade com que se dava o crescimento econômico das Nações, por meio de polos (DINIZ, 2001).

A teoria de Perroux apresenta influência de Schumpeter, no que tange ao desenvolvimento do progresso técnico, ajudando-o na elaboração da teoria do desenvolvimento por polos (DINIZ, 2001). A partir da escola desses teóricos seguiram-se outras teorias, dentre elas a de Myrdal e Boudeville.

Na abordagem de Myrdal (1960), o processo de desenvolvimento é circular e acumulativo, tanto positivamente quanto negativamente. Isso significa que naturalmente não se tenderá ao equilíbrio, ocorrendo de o rico ficar cada vez mais rico, e o pobre cada vez mais pobre. Esse princípio entra em confronto com as teorias econômicas predominantes até à década de 1930, que pregavam que o mercado competitivo tenderia ao equilíbrio espontaneamente, não sendo necessária e nem indicada a intervenção do Governo (MATOS, 2002). Nesse sentido, Myrdal bebe da fonte keynesiana, que surge na década de 1940, especificamente em 1936, e coloca como necessária a intervenção exógena que altere essa tendência. Caso isto não ocorra, a desigualdade será crescente entre as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas (KEYNES, 1996).

Myrdal (1960) afirma que os Estados modernos em ascensão desenvolveram sistemas complexos de interferência do Governo a fim de não ocorrerem desigualdades entre suas regiões, setores produtivos e grupos sociais. Ao se deixar o mercado ao livre gosto, o capital migrará para as regiões mais desenvolvidas. Nesse caso, o resto do país tende a se estagnar e no longo prazo decrescer.

Eventualmente, essas localidades e regiões favorecidas oferecem condições naturais particularmente boas para as atividades econômicas que nelas se concentram; em muitos casos, isso ocorreu quando essas regiões começaram a obter vantagens competitivas. Como é natural, a geografia econômica constitui o cenário. Os centros comerciais localizaram-se, obviamente, onde havia condições naturais favoráveis à construção de um porto e os centros de indústria pesada situaram-se, em regra, não muito longe das fontes produtoras de carvão e ferro (MYRDAL, p. 43, 1960).



Esse contraste ocorre porque os recursos são limitados, sendo necessária a redução em uma região para o aumento em outra. O que agrava ainda mais o processo migratório é que ele é seletivo, ou seja, o melhor capital, a melhor mão de obra, dentre outros fatores, é que serão atraídos (MYRDAL, 1960).

Como o capital industrial e comércio têm maior capacidade migratória, as regiões menos desenvolvidas são, em sua maioria, agrícolas, e na quase totalidade uma agricultura de baixo ou nenhum nível tecnológico (MYRDAL, 1960).

A redução do capital produtivo incide na redução da renda e conseqüentemente na arrecadação do Governo, o que acarretará a redução da qualidade dos serviços públicos, tendendo a região a uma estagnação ou decrescimento. A redução da qualidade estrutural e de serviços públicos de uma região compromete sua competitividade e possibilidades de ascensão (MYRDAL, 1960).

As regiões mais pobres, destecidas, não podem financiar programas adequados de assistência médica; suas populações são menos sadias e apresentam menor eficiência produtiva. Há menos escolas e estas são inferiores. Seus sistemas de valores, como um todo, têm tal cunho de pobreza e de atraso que os tornam menos suscetíveis às aspirações progressistas e ambiciosas de uma sociedade em desenvolvimento (MYRDAL, p. 47, 1960).

Myrdal (1960) enfatiza que a mão de obra barata e muitas vezes “submissa” não atrai a grande indústria, alegando que seu baixo potencial produtivo e a fácil migração de mão de obra de outras regiões por si só inviabilizam o movimento migratório de indústrias para regiões subdesenvolvidas, sendo necessários maiores atrativos.

O desenvolvimento de determinadas regiões pode provocar também efeitos progressivos em outras regiões. Isso pode ocorrer com localidades no entorno da região polo ou em regiões mais distantes. O segundo caso se dá quando uma região se desenvolve como fornecedora de matéria-prima para o polo. Os empregados dessas empresas fornecedoras impulsionam então o mercado local através do consumo provocando o processo acumulativo e circular positivo. Porém, é preciso salientar que o desenvolvimento da segunda região será mais atrasado, o que caracteriza desigualdade (MYRDAL, 1960).

Para a análise econômica do espaço, parte-se de definições que limitam e definem o território. Boudeville (1973), influenciado por Perroux, divide-o em três grandes classes, caracterizadas pela homogeneidade, pelo nível hierárquico e de interdependência e pelo centro de decisão ou região-piloto. A região homogênea é composta por territórios contínuos que apresentam semelhanças culturais, econômicas, étnicas, dentre outras. A região polarizada é caracterizada por uma área composta de um centro, normalmente uma capital, com cidades menores no entorno, que se comunicam entre si efetuando intercâmbio de mercadorias e serviços, sendo o centro mais especializado e desenvolvido. E a região-piloto se caracteriza por uma divisão administrativa, onde as diversas partes respondem para um centro que tem o poder de decisão soberano.

A intervenção do Governo poderá maximizar o desempenho dos efeitos propulsores, ativando o processo acumulativo circular em regiões subdesenvolvidas. Porém, esta interferência esbarra nos interesses da região desenvolvida, que terá seu efeito propulsor reduzido em função do desenvolvimento de uma região atrasada (MYRDAL, 1960). Boudeville (1973) prega que as sub-regiões de uma nação devem operar para o bem-estar total da nação, e não em caráter concorrencial.

Historicamente, o Estado foi criado para manter e apoiar o processo de desigualdade, formulado por grupos sociais mais ricos, e mais organizados, por serem em menor número. A característica foi esta, durante séculos e séculos, passando pelo feudalismo, mercantilismo e



tantos outros formatos como um “instrumento de promoção de seus interesses” (MYRDAL, p. 61, 1960).

Com o advento da revolução industrial, os inúmeros trabalhos científicos que abordavam a precária condição de vida dos trabalhadores eclodiram. O aumento tecnológico modificou a produção, tanto agrícola quanto industrial, onde máquinas substituem a mão de obra, não sendo mais necessário um Estado de características mercantilistas; bastava um Estado que deixasse o mercado trabalhar livremente, e o excesso de mão de obra se encarregaria de empurrar para baixo o salário da massa e junto seu padrão de vida (MYRDAL, 1960).

Registra-se que em países de alto bem-estar, como a Suécia, o Estado funcionou como regulador e interventor da maioria há séculos, provocando um desenvolvimento mais igual. Na Europa, várias foram as medidas protecionistas quando da revolução marítima, que acirrou a competição (MYRDAL, 1960). Porém, muitas dessas medidas foram maquiadas, favorecendo apenas regiões mais desenvolvidas.

Para o pleno funcionamento, é necessária uma constante fiscalização e intervenção. Nesse sentido é que foram desenvolvidas medidas fiscais progressivas, e maior responsabilidade do Estado com os serviços públicos, a fim de garantir competitividade. Para Myrdal (1960), existem linhas de pensamento, como a corrente neoliberal, que acreditam que a desigualdade proporciona um crescimento econômico mais rápido, e que no longo prazo esses frutos cheguem a todas as regiões.

Por mais desenvolvido homogeneamente que seja, ainda não existe uma nação que não possua “grandes grupos sociais” e oportunidades iguais para todos os recém-nascidos (MYRDAL, 1960). Isso significa que o progresso econômico, com intervenção estatal, fortalece os efeitos propulsores entre regiões e reduz a desigualdade, mas não é capaz, pelo que se tem conhecimento, de efetivamente igualar universalmente, isso porque os indivíduos não querem ser iguais em todos os aspectos.

As medidas políticas para a integração nacional, que incluem a igualização de regiões, representam, apenas, uma fase do processo social acumulativo do desenvolvimento econômico. Esse processo tem de ser concebido como de ordem mais alta, uma vez que inclui também, além da evolução das forças do mercado, as atitudes políticas do povo, as interferências estatais e, na realidade, todo o sistema político (MYRDAL, p. 67, 1960).

Com a queda do pensamento clássico do *laissez-faire* inicia-se uma corrida em torno de planejamentos estratégicos para correção dos mercados e desenvolvimento das regiões atrasadas. No Brasil não foi diferente (MATOS, 2002).

4. Políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil

O Brasil, durante décadas, teve como prioridade a resolução de problemas de curto prazo, sendo o debate acerca das políticas de desenvolvimento deixado em segundo plano. Tal fenômeno não é peculiaridade da nação brasileira. “Os choques do petróleo, a escalada inflacionária, os déficits públicos, a dívida externa e outros problemas” foram prioridade dos governantes de países em desenvolvimento. Com a resolução de alguns destes distúrbios, pode-se retornar ao debate em torno do desenvolvimento (MANTEGA, p. 4, 1998).

Países que herdaram o colonialismo sofreram com as consequências da dominação. São necessários muitos anos para se alcançar alguma competitividade. Por possuírem produção em maioria primária, de caráter agropecuário, precisam exportá-la em grande



volume para adquirir bens de capital. Operam por anos, mesmo independentes, em caráter colonial, já que exportam matéria-prima e importam bens finais (MYRDAL, 1960). Esse foi o diagnóstico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) acerca da situação dos países latino-americanos, que ficaram para trás em meios às duas grandes guerras e à crise de 1929 (DINIZ, 2001).

Devido à estrutura precária, é lento o desenvolvimento de estradas, escolas, hospitais e portos de qualidade. Esses países, assim postergados sofrem porque o capital estrangeiro não se interessa em adentrar esse mercado com caráter empreendedor, já que o governo não possui respaldo econômico para garantir a segurança do capital (MYRDAL, 1960).

Dado o diagnóstico, a CEPAL afirmou que o caminho para se desenvolver os países latino-americanos se dava por meio do fortalecimento da infraestrutura e da industrialização (DINIZ, 2001). É importante atentar para o fato de que os países latino-americanos não possuíam uma estrutura produtiva homogênea, sendo alguns mais avançados em termos de técnicas produtivas, como o Brasil e o México, que já esboçavam uma estrutura industrial, enquanto os demais ainda operavam unicamente como exportadores primários (LESSA & DAIN, 1998).

As políticas nacionais de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos devem ter como principal objetivo derrubar as resistências que os mantêm nesse posto. Para isso, é necessária uma reestruturação social e econômica. O plano deve ser capaz de dar base para o aumento produtivo da nação, investindo assim em pontos estratégicos capazes de alavancar toda a cadeia produtiva (MYRDAL, 1960).

No Brasil, significava maior efetividade do programa de substituição de importações para industrialização (ISI), iniciado na década de 1930, e criação de empresas capazes de alavancar esses setores em plano regional. Nesse sentido, observa-se que durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, o governo brasileiro se empenhou em desenvolver planos com o objetivo principal de crescimento econômico, utilizando-se de ferramentas como interferência estatal (MATOS, 2002). Esse modelo de crescimento ficou conhecido como de ‘desenvolvimento pra dentro’, pois são utilizados instrumentos internos para estimular e dinamizar a economia nacional, sendo mister para tanto a intervenção do Estado como propulsor (LESSA & DAIN, 1998).

Observa-se, assim, a partir da década de 1940, a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e da Cia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Seguidas pela implantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), como planos para desenvolver as regiões Nordeste e Norte, respectivamente, que apresentavam relativo atraso em relação ao resto do país (DINIZ, 2001).

Na década de 1950, Celso Furtado apresenta o Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), um relatório que objetivava mostrar a desigualdade entre o Nordeste e o Centro-Sul do país, a fim de motivar planos e medidas em prol do desenvolvimento da primeira dessas regiões (DINIZ, 2001). A criação de órgãos específicos para estudo de planos de desenvolvimento teve participação decisiva no caminho que as políticas desenvolvimentistas brasileiras tomaram no âmbito regional (MATOS, 2002).

5. Programas de crescimento brasileiro

Ao mesmo tempo, eram desenvolvidos planos de desenvolvimento a nível nacional. Em 1949, foi criado o Plano SALTE, pelo então presidente da República Gaspar Dutra. O plano compreendia investimentos públicos nas áreas estruturais estratégicas, no caso saúde,



alimentação, transporte e energia, palavras cujas iniciais que deram nome ao plano. Ele previa investimentos entre os anos de 1949 e 1953 (VIANNA & VILLELA, 2005). Em 1950, Vargas é eleito e ocupa novamente o cargo de Presidente, assumindo-o em 1951. A fim de dar continuidade ao caráter desenvolvimentista, criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que seria responsável pela gestão do Fundo de Aparelhamento Econômico (FAE). Criou em 1953 a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), que seria responsável pela exploração e refino de petróleo, visando a reduzir a dependência brasileira do setor externo no que diz respeito aos insumos para a indústria nascente. Em 1960 é inaugurada pelo então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, Brasília, cidade construída para ser a capital do Brasil e incentivar a integração das regiões brasileiras, daí sua localização no centro do território brasileiro (VIANNA & VILLELA, 2005).

Juscelino Kubitschek o JK implantou em 1957 o Plano de Metas, uma espécie de atualização do Plano SALTE, que deveria corresponder a 5% do PIB em investimentos na área de energia, transporte, indústrias de base, alimentação e educação. Desses investimentos, 71,3% deveriam ser destinados para energia e transporte; 22,3% para indústrias de base; e os 6,4% restantes para educação e alimentação. Assim como o Plano SALTE, o Plano de Metas seria financiado pelo setor público, porém, não em sua totalidade: 50% dos recursos viriam de fundos públicos, 15% de agências creditícias governamentais, e o restante, 35%, do setor privado (VIANNA & VILLELA, 2005).

Em 1963, liderado pela equipe de Celso Furtado, foi publicado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Objetivava combinar ajuste fiscal com aumento de receitas por meio da elevação da arrecadação tributária e de tarifas públicas, ao mesmo tempo em que se deveriam conter as despesas governamentais (VIANNA & VILLELA, 2005).

Em meio às reformas deste período, é importante destacar a criação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPEM). A partir de 1968 foi iniciado o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), que ficou caracterizado pelo período do “milagre” econômico, que vigorou com crescimento acentuado até 1973, quando ocorreu o primeiro choque do petróleo.

Nesse mesmo período foi criado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), que tinha como metas “a estabilização gradual dos preços, o fortalecimento da empresa privada, visando à retomada dos investimentos, a consolidação da infraestrutura, a carga do governo, e a ampliação do mercado interno” (VIANNA & VILLELA, p. 84, 2005).

Em 1974, durante o governo Geisel, foi anunciado o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com o objetivo de aumentar os investimentos nos setores tidos como pontos de estrangulamento. Procurava-se assim encurtar as diferenças entre as regiões desenvolvidas e as subdesenvolvidas. Os setores-focos do plano eram a infraestrutura, bens de produção (capital e insumos), energia e exportação (HERMANN, 2005). Visava-se capacitar o Brasil para seguir a tendência de industrialização mundial, a qual, de acordo com Laplane & Sarti (2006, p. 299), possuía características schumpeterianas, marcadas pela “combinação de mudanças tecnológicas e organizacionais, de fusões e aquisições de empresas, da construção de redes internacionais de fornecimento e de deslocamentos geográficos da capacidade de produção”.

O I PND teve como objetivo melhorar e ampliar a malha ferroviária brasileira, melhorar a rede de telecomunicações e desenvolver a infraestrutura produtiva agrícola a fim de elevar a oferta desses bens e serviços. O II PND se dirigiu aos “segmentos de siderurgia, química pesada, metais não ferrosos e minerais não metálicos”. O objetivo era elevar a capacidade energética brasileira, setor de importância crucial para o desenvolvimento (HERMANN, p. 100, 2005).



Esses planos desenvolvimentistas vigoraram na pauta governamental brasileira como principal objetivo até a década de 1980. Durante esse período, agrava-se o problema da dívida externa, e gera-se uma crise de financiamento, que obriga o país a obter superávits, principalmente por meio de incentivos à exportação e desestímulos à importação (LAPLANE & SARTI, 2006). O período assinala o rompimento do crescimento impulsionado pela dinâmica do programa de substituição de importações, com foco na industrialização, para um crescimento não mais pautado no investimento, que por força dos encadeamentos dinamizava a economia (CARNEIRO, 2008).

A partir de então, tiveram início os esforços em torno de políticas fiscais e monetárias a fim de se controlar a inflação e os distúrbios nas contas públicas e nas externas (MATOS, 2002). Era preciso estudar medidas adotadas em países desenvolvidos, adaptando-as à realidade brasileira. Combater grupos que defendiam a antiga forma era outro desafio. Normalmente tais grupos se achavam entranhados no Governo e ocupavam posições de prestígio.

A partir de então, nota-se o empenho não mais em políticas desenvolvimentistas, mas em medidas de estabilização, o que não significa que elas não existiram, mas apenas perderam espaço na discussão da época frente às necessidades de correções inflacionárias e outras. Durante os anos 1980 e 1990, várias foram as políticas de estabilização. Podem-se enumerar seis que tiveram grande repercussão na literatura brasileira: o Plano Cruzado, o Plano Bresser, o Plano Verão, o Plano Collor I e II e o Plano real. Destes, apenas o último obteve sucesso (MATOS, 2002; CARNEIRO, 2008).

Porém, o controle inflacionário não significou para o Brasil retorno imediato ao crescimento econômico. Neste período, o Brasil substituiu o então modelo de crescimento pautado na substituição de importações pela privatização e abertura comercial (CASTRO, 2005). O objetivo de controle inflacionário foi conseguido, mas a atenção totalmente voltada para esse fim, deixou espaços para outros problemas no âmbito macroeconômico, no que diz respeito a “um desequilíbrio externo crescente e uma séria crise fiscal” (GIAMBIAGI, 2005, p. 169).

As crises que ocorreram posteriormente, como a moratória do México no final de 1994, a crise asiática em 1997 e a crise russa em 1998, pioraram ainda mais o cenário externo e em consequência a situação econômica brasileira. Desta forma, o Brasil cobria os déficits por meio de privatizações, quando os empréstimos e refinanciamentos da dívida eram negados (GIAMBIAGI, 2005).

A partir de 2003, com a entrada do novo presidente, Luís Inácio Lula da Silva, pioram de imediato os indicadores, devido às incertezas do mercado quanto à ascensão de um partido de esquerda, ao lado de dados negativos do ano anterior, como o “impacto da depreciação cambial sobre a inflação e as finanças públicas do país” (BARBOSA & SOUZA, 2010, p. 1). Porém, passados os primeiros meses, vê-se que o governo não operou de forma abrupta, e, sim, manteve algumas políticas e melhorou outras. O resultado foi o controle das contas externas, superávits e controle fiscal e cambial. A partir de então, o país volta novamente a traçar metas de crescimento, e não apenas de manutenção da inflação (GIAMBIAGI, 2005).

O novo governo resgatou o formato de governança com maior interferência do Estado na economia. Fator importante para maior autonomia do país e que o permitiu passar pela crise de 2008 com problemas menores do que os sofridos pelos demais países foi a elevação das reservas, que, entre a entrada do novo governo e a crise, haviam quadruplicado (BARBOSA & SOUZA, 2010). Durante a crise, o crescimento pautado na elevação da capacidade de consumo da população, principalmente as menos favorecidas e com déficits de consumo, por meio de incentivos fiscais e programas sociais de transferências de renda, políticas idealizadas por Keynes, foi em oposição às políticas utilizadas a partir da década de



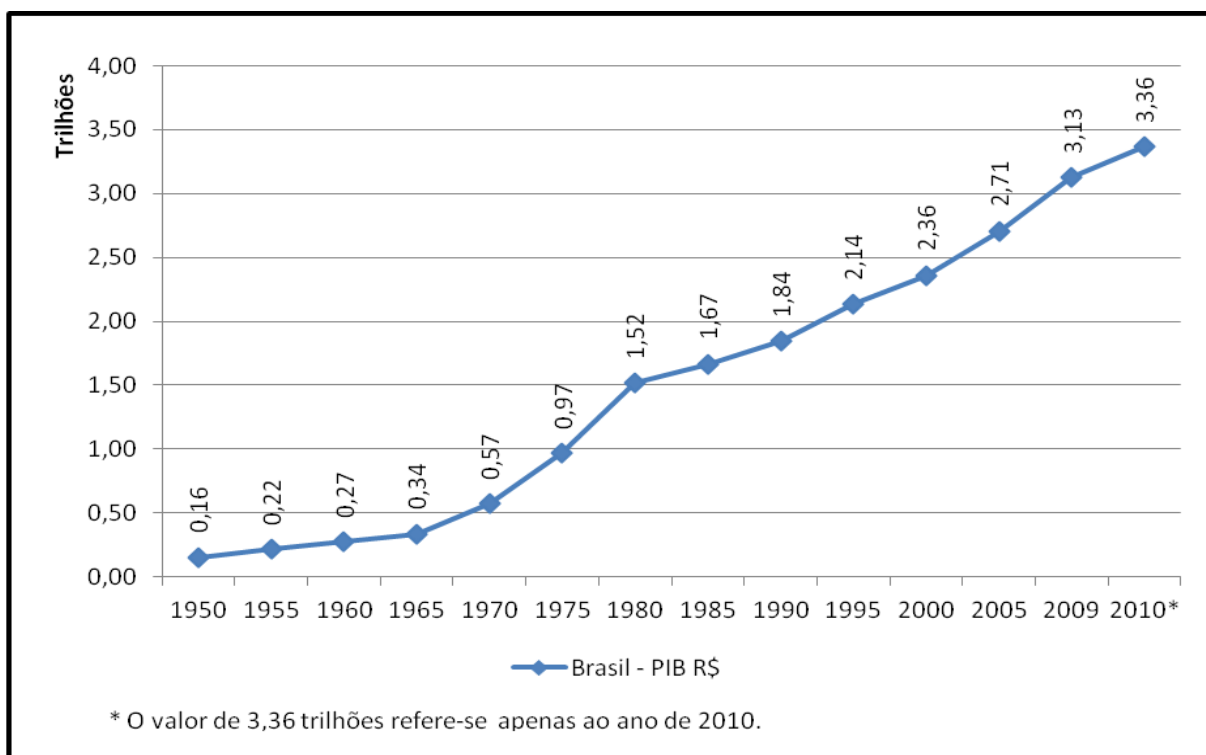
1990, de cunho neoliberal, que propunham cortes e arrochos em momentos de dificuldades como em 2008 (BARBOSA & SOUZA, 2010).

6. Dinâmica do crescimento brasileiro

Com base na teoria exposta, analisar-se-ão os dados registrados pela economia brasileira no recorte temporal de 1950 a 2010. Inicialmente examina-se o PIB brasileiro total e dividido nos três principais setores (indústria, serviços e agropecuária); posteriormente mostrar-se-ão as taxas de crescimento e o índice de participação relativa (IPR), em relação aos grandes setores e em relação às cinco grandes regiões.

O gráfico 01 apresenta o PIB do Brasil em R\$ registrado entre 1950 e 2010, em uma periodicidade de 5 anos, exceto em 2009 e 2010. Observa-se que o PIB brasileiro segue uma tendência de crescimento contínuo a taxas constantes, menos no período compreendido entre os anos de 1965 e 1980, em que o crescimento é mais íngreme. Tem-se que o exposto na teoria de Kalecki (1983) de que o produto de uma nação seria crescente quando observado no longo prazo, e realizando-se o agrupamento de alguns anos, de forma a captar ciclos de médio prazo, se confirma para o caso do Brasil.

A partir de 1950, foram adotadas no Brasil políticas econômicas de maior flexibilidade quanto às medidas fiscais e monetárias, diferenciando-se do caráter ortodoxo registrado até então pelo presidente Gaspar Dutra (VIANNA, 1989). Algumas dessas medidas seguiam a orientação de Keynes, de uma participação mais efetiva do Estado na economia. Observa-se nesse início um mundo ainda em reconstrução após a segunda grande guerra, com influências do tratado de Bretton Woods, estabelecido pelos Estados Unidos (VIANNA, 1989). Trata-se de um período marcado por grandes desvalorizações cambiais do cruzeiro em relação ao dólar, o que provocou aquecimento na produção de café, na perspectiva de alta dos seus preços, seguido da queda da restrição dos Estados Unidos quanto ao preço-teto do café, que ocorreu em 1946 (VIANNA, 1989).



**Gráfico 01: Produto Interno Bruto do Brasil em R\$ - 1950-2010.**

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IPEADATA, 2014.

A partir de 1965 o PIB brasileiro apresenta uma elevação nítida das taxas de crescimento, que se mantêm até 1980, quando ele retorna ao crescimento a taxas menores, porém, positivas. Esse recorte compreende o período que ficou conhecido como “milagre” econômico, que se iniciou em 1968 (HERMANN, 2005). Durante ele, o Brasil era governado por militares, e tinha inicialmente como ministro da fazenda Delfim Netto.

Ficou marcado pelas reformas financeiras, que proporcionaram a expansão do crédito, principalmente ao setor privado, possibilitando a expansão alcançada, visto até o momento a boa situação externa, que viria a preocupar a partir de 1973 com o primeiro choque do petróleo, mas que também deixaria claro que a corrida pela industrialização foi crucial para suportar esse período difícil. Como exposto por Myrdal (1960), o desenvolvimento de uma base industrial é essencial para a autonomia de uma nação, pois reduz a vulnerabilidade a distúrbios externos. Os resultados obtidos foram assim, consequência das políticas de industrialização por substituição de importações e da continuidade do Plano de Metas, atrelado às reformas monetárias e anti-inflacionárias executadas (HERMANN, 2005).

No gráfico 02, veem-se as taxas de crescimento registradas no mesmo período do gráfico 01. A expansão econômica é observada até 1980, quando o Brasil começa a sentir os efeitos do segundo choque do petróleo, ocorrido em 1979, voltando a se recuperar a partir de 1984, porém, com taxas de crescimento menores. Carneiro (2008) explica que a dinâmica de crescimento adotada após esse período é ditada pela demanda, através do consumo e do saldo das exportações, realizando-se desde então a função antes exercida pelos investimentos. O encarecimento do crédito externo reduz os investimentos, e, de acordo com Schumpeter (1982) e Kalecki (1983), essa redução provoca o desaceleramento do crescimento da economia. Essa nova dinâmica provoca a ocorrência de ciclos mais curtos e acentuados, impossibilitando crescimentos substanciais, conforme se deu no Brasil.

Observa-se nesse período o exposto por Schumpeter (1982): ocorre a inflexão entre duas fases distintas do ciclo de crescimento, iniciando-se em 1980 a fase de depressão, após alguns anos de período de *boom*. Até o ano de 1980 observa-se uma oscilação significativa dentre os anos analisados, vindo a se estabilizar a partir de 1985, conforme destacado no gráfico 02. Os anos de 1970, 1975 e 1980, período do “milagre” econômico, apresentam as maiores taxas de crescimento do recorte analisado, registrando 70,0% de crescimento no acumulado de 1970 a 1975.

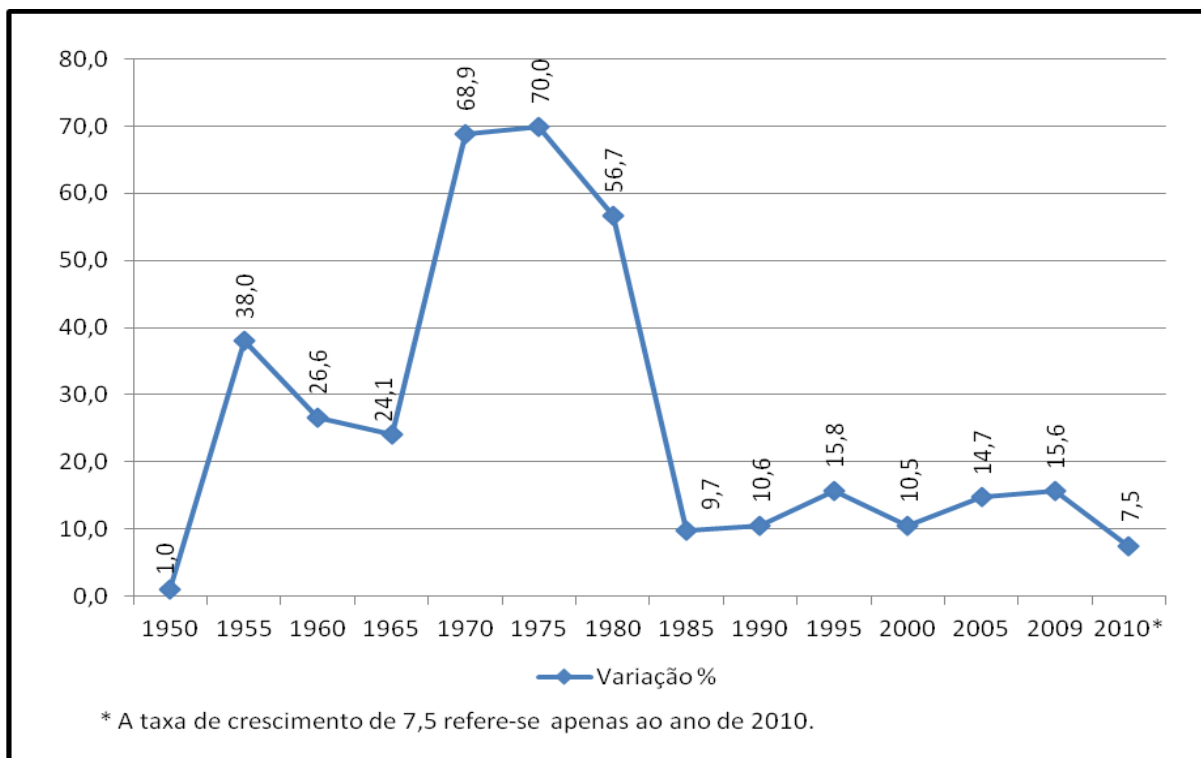


Gráfico 02: Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro - 1950-2010.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IPEADATA, 2014.

Observa-se na década de 1970 a intensificação do programa de substituição de importações. Durante esse período registra-se a elevação das exportações e a redução das importações. O programa de substituição de importações foi incentivado por meio de redução tributária e estímulos cambiais, o que acarretou a elevação do endividamento do Estado. Essas medidas viriam a resultar nos problemas inflacionários enfrentados durante a década de 1980 (CARNEIRO, 1989).

Inicia-se a década de 1980, tendo como prioridade a resolução dos problemas da dívida crescente e da inflação incontrolável, resultados dos incentivos acima das receitas do governo, para financiamento dos investimentos do II PND, bem como do endividamento externo ocorrido no período do “milagre” (SERRA, 1984). Durante a depressão, a ausência de investimentos tende a reduzir a atividade econômica agravando-se ainda mais a situação. Com o risco, o crédito fica mais caro e a situação de depressão e estagnação se prolonga (KALECKI, 1983).

Os choques do petróleo ocasionaram a escassez de capital externo para financiamento dos déficits, agregando às dificuldades encontradas a impossibilidade de rolagem das dívidas (COUTINHO & BELLUZZO, 1982). “No final de 1980, em consequência de um déficit em conta corrente de US\$ 12,8 bilhões e da escassez de financiamento externo, as reservas cambiais brasileiras caíram cerca de US\$ 3 bilhões” (CARNEIRO & MODIANO, 1989, p. 323).

De acordo com Carneiro & Modiano (1989, p. 328), “em 1982, o Brasil exportou US\$ 3 bilhões a menos do que no ano anterior”, o que significa que enquanto os principais insumos importados encareciam, destaque-se o petróleo, o produto das exportações declinava. Com a situação mundial crítica, os países tenderam a se fechar e restringir as importações. Com a escassez de capital, os juros se elevaram, dificultando empréstimos para cobertura de déficits. Assim é que, em agosto de 1982, o México declara moratória, o que agrava ainda



mais a credibilidade dos países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, não evitando o pagamento de juros elevados (COUTINHO & BELLUZZO, 1982).

Com a dificuldade na consecução de empréstimos junto aos bancos e credores privados, inicia-se o esforço de negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Para tanto, era necessária a tomada de medidas restritivas. Em reunião, o Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu medidas a serem tomadas, que foram nomeadas de “Programa para o setor externo em 1983”. “As assertivas básicas do documento eram de que as exportações deveriam crescer 9,5% e as importações deveriam ser reduzidas em 17% de forma a gerar um superávit comercial de US\$ 6 bilhões para 1983” (CARNEIRO & MODIANO, 1989, p. 329).

As metas, em sua maioria, foram alcançadas; porém, a inflação objetivada não foi atingida, e persistiu desde então como maior problema para o governo. A primeira análise econômica definiu que a inflação era inercial. A partir desse diagnóstico, foram desenvolvidas algumas propostas de contenção do problema. Arida e Resende apresentaram o plano de “moeda indexada” e Lopes propôs o “choque heterodoxo”. Optou-se pelo choque heterodoxo de Lopes, mas ele não alcançou bons resultados. A inflação reduziu no imediato, porém, retornava a subir logo em seguida (CARNEIRO & MODIANO, 1989).

O gráfico 03 apresenta o PIB dividido dentre os três grandes setores produtivos, indústria, serviços e agropecuária. Observa-se que, até 1965, eles apresentam produtos próximos, sendo o maior o setor de serviços, seguido do setor agropecuário e, por último, a indústria. Configuração produtiva que confirma o perfil de nação periférica, com baixa industrialização e primário exportador (MYRDAL, 1960). A partir de 1970 o produto dos setores de serviços e indústria começa a crescer em patamar mais elevado do que o da agropecuária, que fica estagnada. Esse distanciamento se deve ao caráter produtivo apresentado durante o “milagre” econômico, quando a ênfase foi dada aos setores de serviço e indústria, estimulados desde Getúlio Vargas, vindo a surtir efeito durante as crises de petróleo, cuja produção interna industrial e de serviços foi capaz de suprir boa parte da demanda do mercado interno, caracterizando-se certa independência, que ajudou na recuperação do Brasil frente ao resto do mundo, situação impensável até algumas décadas antes (HERMANN, 2005).

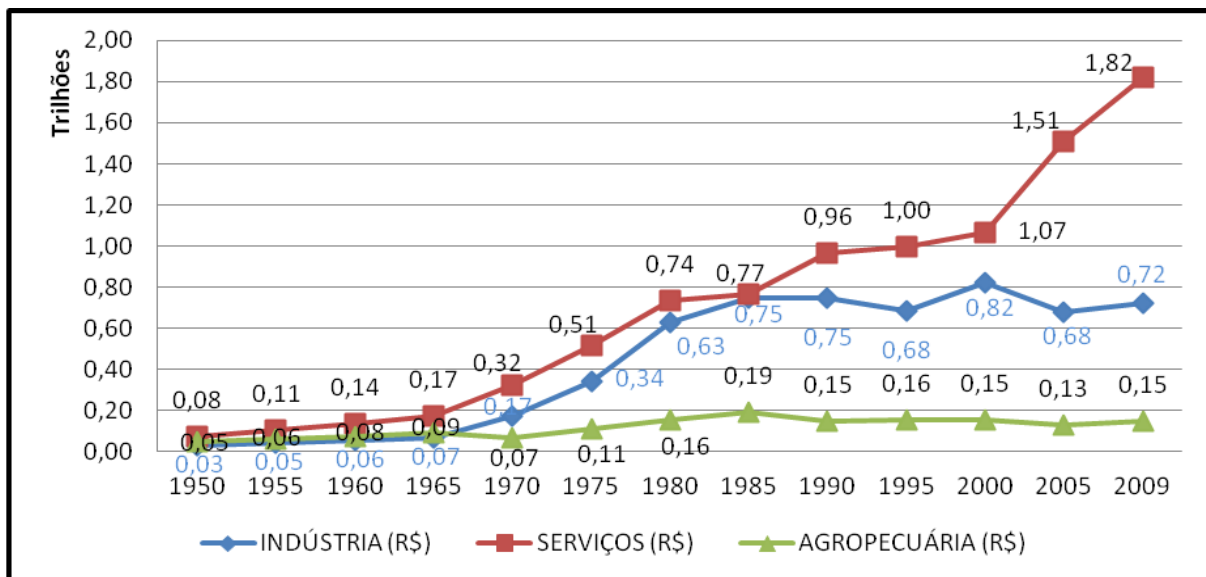


Gráfico 03: Participação (em R\$) da Indústria, Serviços e Agropecuária no Produto Interno Bruto brasileiro - 1950-2009.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IPEADATA, 2014.



Tem-se que, até 1965, os três setores caminhavam juntos, de forma sincronizada. A partir de 1970, o setor industrial apresenta crescimento de 149,8%, puxando a economia brasileira, acompanhado do setor de serviços. Nesse período, o Estado atua como o empresário inovador schumpeteriano, atuando em setores inovadores e estratégicos. Nesse mesmo ano, a agropecuária retraiu-se aproximadamente 23,1%. Tudo isso ocorreu porque, com as incertezas a rondarem o mercado mundial, o Brasil perdeu espaço e, conseqüentemente, a agropecuária, que era o seu principal setor exportador. Atrelada a esse fenômeno está a alteração da dinâmica de protagonismo entre os setores: a indústria assume a predominância, o que é indicado por Myrdal (1960) para se alcançar a transição para um Estado desenvolvido.

Esse período, marcado pela intensa dinâmica do capital, devido à intensificação da globalização, foi de muita volatilidade, característica das operações financeiras que se permeavam nos países periféricos (CARNEIRO, 2008). Nessa época, o modelo econômico de crescimento com princípios neoliberais, predominante nos países desenvolvidos, se espalha pelo mundo e adentra os países subdesenvolvidos (MELLO, 1997). Com características de um mercado mais competitivo e com menos interferências do Estado, provoca uma reconfiguração no potencial produtivo dos países subdesenvolvidos, com perda de espaço para pequenas empresas, o que agravou a situação da agropecuária brasileira, que era em sua maioria de origem familiar e de pequeno porte. Os investimentos externos, interessados não mais na aplicação direta no mercado produtivo, mas no mercado de ativos, provocou alterações nas dinâmicas cambiais dessas economias (GONÇALVES, 1999). Por possuírem mercados financeiros pouco desenvolvidos, esses países, dentre eles o Brasil, ficaram vulneráveis ao mercado externo. Daí a instabilidade, a inflação descontrolada e as crises de déficits externos (TAVARES & BELLUZZO, 1984). Podem-se observar no gráfico 04 essas variações.

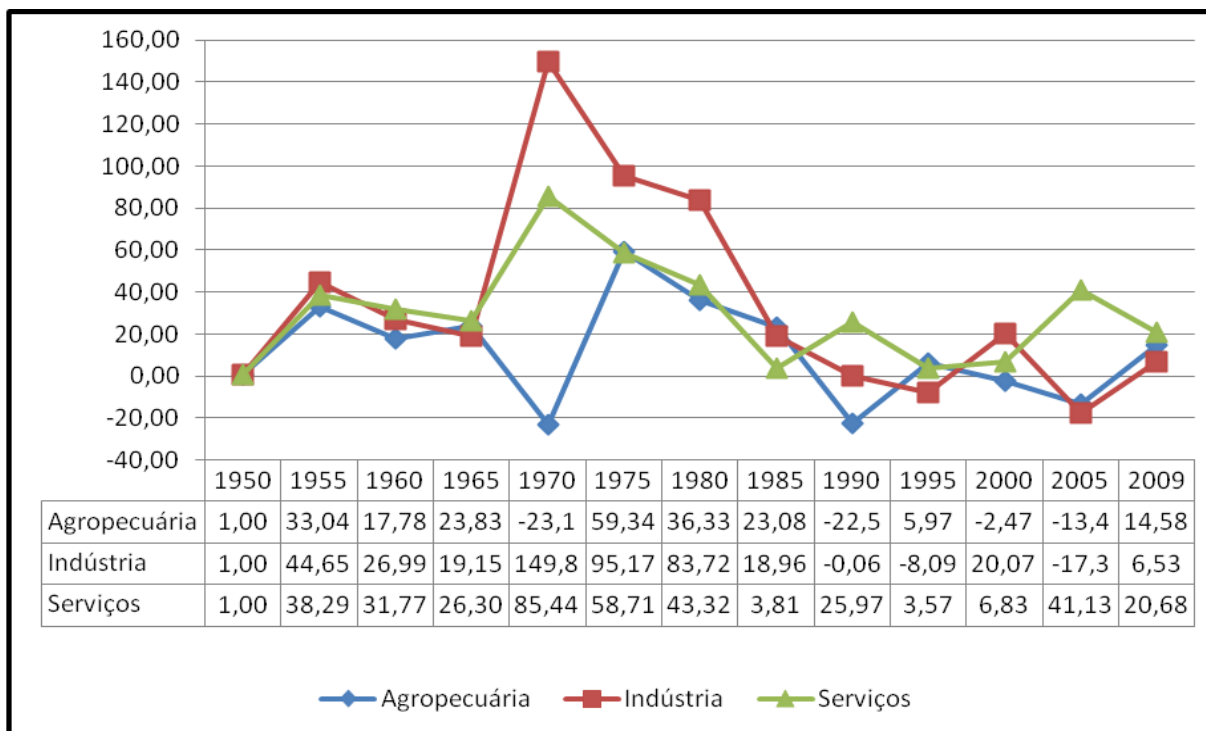


Gráfico 04: Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto do brasileiro por setor de atividade econômica - 1950-2009.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IPEADATA, 2014.



Sem financiamento externo direto e sem poupança interna, o mercado tende a reduzir o ritmo de crescimento e a se estagnar (KEYNES, 1996). Os outros setores, enquanto isso, produziam para o mercado interno, tomando a demanda não atendida pelo mercado externo que passava por dificuldades, em decorrência do segundo choque do petróleo (HERMANN, 2005). A partir de 1985, com a recuperação do setor externo, os três setores voltam a apresentar variações nas taxas de crescimento próximas, porém ainda bastante voláteis.

A partir dos dados apresentados anteriormente, desenvolve-se o gráfico 05, que mostra o índice de participação relativa dos setores brasileiros em relação ao PIB total.

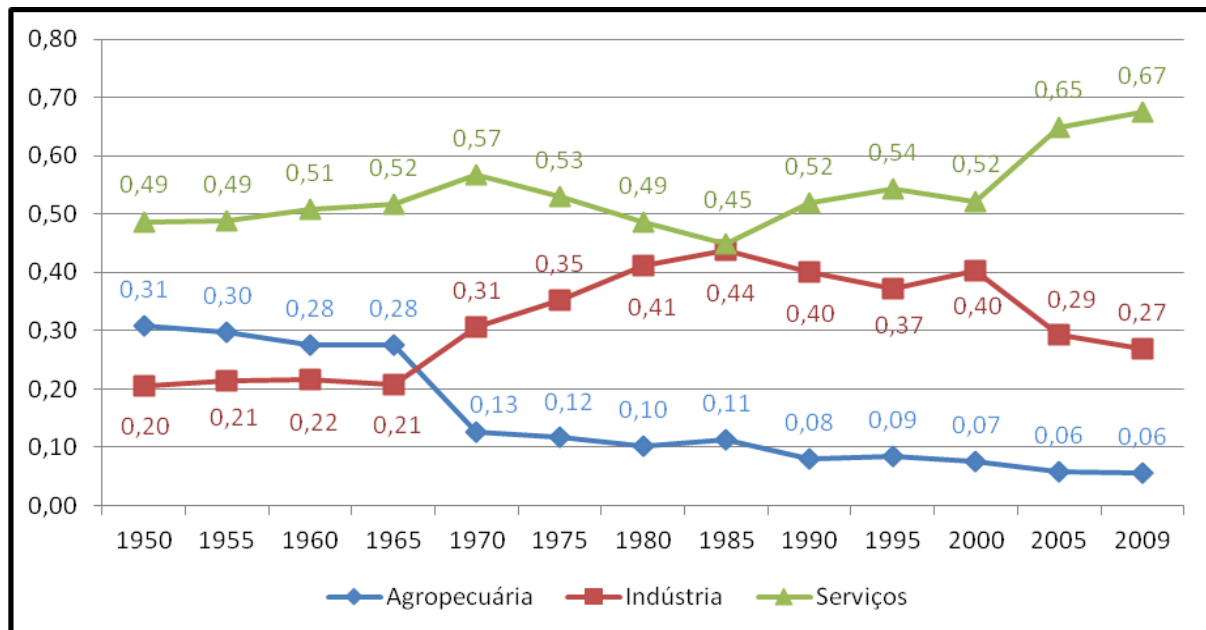


Gráfico 05: Índice de Participação Relativa (IPR) por setor em relação ao Produto Interno Bruto brasileiro - 1950-2009.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IPEADATA, 2014.

Nota-se que o setor de serviços é o maior responsável durante todo o período analisado, elevando sua participação de 49% para 67%. O interessante é a troca de posição da agropecuária com a indústria, que ocorre em 1970. A agropecuária perde constantemente espaço, saindo de 31%, em 1950, para 6%, em 2009. A indústria enquanto isso, saiu de 20%, em 1950, e chegou a 44%, em 1985, e fechou a série em 27%, um aumento de 7 pontos percentuais em relação ao primeiro registro. Quanto a queda da indústria a partir de 1985, Serra (1984, p. 119) afirma que “os problemas da indústria brasileira parecem de natureza mais claramente estrutural do que de ineficiência microeconômica decorrente de uma pouca exposição à concorrência internacional”. Esse movimento deixa nítido o exposto por Myrdal (1960) quanto ao processo circular acumulativo: a agropecuária, sem investimentos, perde constantemente espaço na economia; a indústria, enquanto recebeu incentivos diretos do Estado por meio das estatais, cresceu, porém, com o início das privatizações e abertura internacional, passou a perder participação. Já o setor de serviços, que requer pouco investimento em instalações e capital imobilizado, se tornou a porta de entrada do capital externo, principalmente para serviços bancários e financeiros.

O período de 1970 a 1985 foi de *boom* da indústria, já que ela é a única dentre os três setores que apresenta crescimento de participação no período. Porém, a partir de 1990, o setor de serviços volta a crescer, e a indústria e a agropecuária tornam a perder espaço. Esse período foi prejudicial à indústria devido à inflação descontrolada e à abertura comercial



brusca, vindo a expressar uma reação em 1994 com o Plano Real, continuando a cair no período seguinte (GIAMBIAGI, 2005). Ligados a esses motivos, Laplane & Sarti (2006) acrescentam que as políticas de privatização de indústrias estatais brasileiras, que ocorreram intensamente após 1985, foram prejudiciais ao setor, não sendo possível aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado mundial.

Muitas das indústrias, a partir de então de capital estrangeiro, passaram a cortar gastos, enxugando a estrutura produtiva por meio de redução dos mapas produtivos, redução da quantidade de mão de obra empregada e substituição da produção de alguns componentes por importados. Além disso, passaram a reverter parte do capital em investimentos financeiros, em virtude da alta das taxas de juros. Dessa forma, além da desnacionalização do parque produtivo industrial, vigora um processo de desindustrialização. Agregada à falha do mercado, está a perda de autonomia por parte do Estado, o que agravou a situação. Nesse sentido, Keynes (1996) explica que o governo precisa possuir capacidade de criação de empregos e manutenção da eficiência marginal do capital, para ser capaz de controlar a situação em momentos de crise.

No gráfico 06, utiliza-se o índice de participação relativa das cinco grandes regiões brasileiras em relação ao PIB total do Brasil, a fim de se quantificar a participação de cada região no PIB total. Observa-se, nos resultados, que as políticas para desenvolvimento de regiões tidas como periféricas e redução da desigualdade do crescimento, como proposto por Myrdal (1960) surtiram efeitos no Brasil, mesmo que de forma tímida.

O Sudeste tem o maior valor do IPR durante todo o período estudado; porém, apresenta redução ao longo do tempo, perdendo 11 pontos percentuais de 1950 a 2010. Durante muito tempo, a dinâmica econômica brasileira funcionava de forma expressiva apenas no Sudeste e no Nordeste, até à ascensão do café, quando a dinâmica passou a concentrar-se apenas no Sudeste. Essa concentração é explicada pela teoria da aglomeração como consequência da migração do capital para regiões que possuam os pré-requisitos para uma produção competitiva (SILVA & NETO, 2007). Esse processo tenderá a se agravar e se concentrar por meio do movimento circular acumulativo, se não houver interferência do Estado (MYRDAL, 1960).

Com a necessidade de um desenvolvimento mais dinâmico, observa-se que essa perda do Sudeste ao longo dos anos é explicada, em parte, pelas medidas de desenvolvimento integrado das regiões brasileiras como pela própria migração do capital em busca de vantagens competitivas, destacando-se a migração de ramos intensivos em mão de obra para o restante do país (HERMANN, 2005). Além disso, as políticas promovidas pelo governo, como proposto por Keynes (1996) e Myrdal (1960), principalmente a partir de 1970, promoveram o início do processo de desconcentração de forma significativa. Cabe também a colocação de Kalecki (1983) quanto à redução da carga de investimentos nessa região, pois de acordo com ele, as empresas de grande porte não criam novos métodos de produção, mas apenas aprimoram os existentes, o que tende a reduzir a quantidade de investimentos na planta produtiva, visando o capital excedente a migrar.

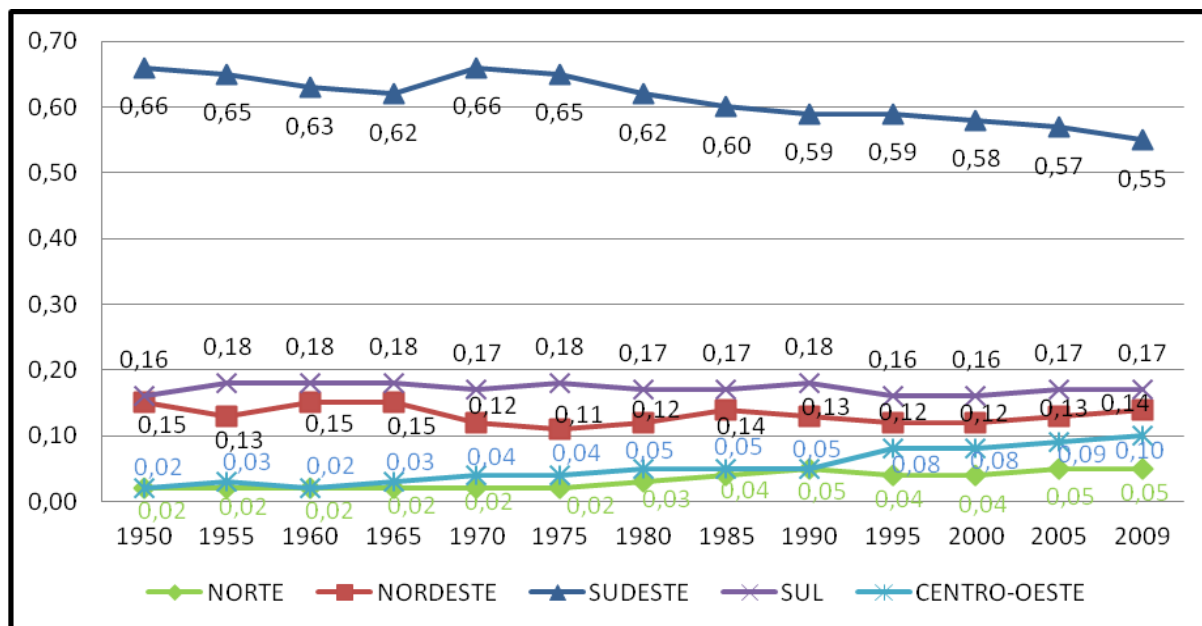


Gráfico 06: Índice de Participação Relativa (IPR) regional em relação ao Produto Interno Bruto brasileiro - 1950-2009.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IPEADATA, 2014.

A região Centro-Oeste, a partir de 1965 inicia um crescimento que se mantém até 2009. Inicia-se após a criação de Brasília, pelo presidente JK em 1960. O crescimento durante o período recortado para essa região é da ordem de 350%, comprovando que essa medida de integração surtiu efeito para a região central (HERMANN, 2005). Agregada a ele está a dinamização do setor agropecuário com a elevação de investimentos privados na agroindústria (PACHECO, 1998). Constata-se nesse período a ocorrência de um dos cinco caminhos propostos por Schumpeter (1982) para se alcançar o desenvolvimento, que é a criação de novos mercados. Com a introdução de capital em regiões com mão de obra abundante e capacidade produtiva ociosa é possível promover desenvolvimento com produção competitiva.

O Norte está logo atrás do Centro-Oeste em maior crescimento percentual, registrando 150%, crescimento que se inicia em 1980, a partir de quando as políticas de incentivo à integração das regiões começam a surtir efeito real no PIB. A partir de 1970 foram criados a Zona Franca de Manaus e o Programa Grande Carajás, que romperam a realidade até então da região e deram-lhe um novo impulso (PACHECO, 1998). O Nordeste e o Sul passaram por certa estagnação, com pequena variação durante todo o período. O crescimento da participação das duas regiões acima das demais se deve ao preenchimento da lacuna de uma capacidade que até então estava adormecida, sendo mais expressivo o crescimento quando se incita o uso de uma capacidade produtiva ociosa.

7. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar o crescimento econômico regional brasileiro de 1950 a 2010, através do estudo da teoria de desenvolvimento econômico regional. Os resultados obtidos a partir dos índices de participação relativa fortalecem os pressupostos da teoria apresentada. A partir dos resultados obtidos, tem-se que o crescimento é influenciado por diversas variáveis, internas e externas ao país. Porém, a intervenção direta do Estado via investimentos na estrutura produtiva resulta em modificação significativa na dinâmica da



região beneficiada e é capaz de reduzir as desigualdades e promover crescimento com maior distribuição e equidade das regiões, sem prejudicar uma ou outra e sem fugir a suas características regionais, além de diminuir a vulnerabilidade aos acontecimentos externos, já que se fortalece a dinâmica interna, elevando-se a produtividade e o mercado consumidor.

O índice de participação relativa mostra que o setor de serviços é predominante durante todo o período em análise e que existe uma inversão de participação no PIB entre a agropecuária e a indústria em 1970, passando a segunda a ser mais significativa, em decorrência do processo de ISI e da ênfase dada à indústria durante o “milagre econômico”. O Sudeste perde participação no PIB total ao longo do período; o Centro-Oeste e o Norte apresentam crescimento, principalmente por terem recebido intervenções maiores em sua estrutura, parte pela criação de Brasília e da Zona Franca de Manaus, que atraíram investimentos privados e migração de mão de obra das demais regiões; as regiões Nordeste e Sul apresentam estagnação, pois não alteraram sua participação.

Vê que a economia brasileira, de características regionais subdesenvolvidas, cresce em ciclos, com elevada dependência do crédito e investimento externo, consequência da falta de poupança interna significativa para financiar a produção. Os períodos de crescimento são ditados pela elevação da eficiência marginal do capital e da interferência direta no mercado pelo Estado. Caso isso não ocorra, o país não consegue apresentar crescimento econômico.

O desenvolvimento desigual das regiões brasileiras ocorreu de forma circular acumulativa. O potencial produtivo se aglomerou no Sudeste. De caráter produtivo primário, deixa claro o perfil subdesenvolvido. A necessidade de introdução de um parque industrial de ponta para se desenvolver se reflete nos resultados alcançados no período do milagre econômico. E a necessidade de um Estado mais participativo para se quebrar o ciclo circular acumulativo que ocorreu durante muitas décadas e provocou a aglomeração produtiva na região Sudeste, com capacitação intelectual e estrutural das demais regiões, é fundamental para o desenvolvimento homogêneo das regiões.

Os resultados revelam que está ocorrendo a desconcentração do produto, porém, de forma muito lenta e tímida. Observa-se que o investimento na estrutura das demais regiões para se intensificar a migração do capital produtivo e o crescimento é insuficiente. A reestruturação não apresenta continuidade, ocorrendo de forma esporádica e apenas naquelas regiões em que foram realizadas políticas públicas de grande porte.

Para estudos futuros, é de significativo valor acompanhar a evolução dos indicadores de participação relativa. É interessante também a realização de estudos acerca do processo de desnacionalização e desindustrialização, que se intensificou a partir de 1980, e que pode implicar o agravamento da posição de país subdesenvolvido e da elevação da vulnerabilidade externa e continuidade do crescimento desigual.

8. Referências bibliográficas

BARBOSA Filho, N.H. ; SOUZA, J. A. P. . A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda. In: Emir Sader; Marco Aurélio Garcia. (Org.). *Brasil entre o Passado e o Futuro*. 1^a ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 57-110.

BOUDEVILLE, J. R.. *Os Espaços Econômicos*. São Paulo; Saber Atual, 1973.

CARNEIRO, D. D.. Crise e Esperança: 1974-1980. In: ABREU, M. P. (Org.). *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.



CARNEIRO, D. D.; MODIANO, E.. Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984. In: ABREU, M. P. (Org.). *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

CARNEIRO, R. M.; Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2008.

CASTRO, L. B. Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, F. et all (Org.). *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.

DINIZ, C. C.; A Questão Regional e as Políticas Governamentais no Brasil. *Texto para discussão, Nº 159*. CEDEPLAR/UFMG, 2001.

GIAMBIAGI, F.. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, F. et all (Org.). *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.

GIAMBIAGI, F.. Rompendo com a Ruptura: O Governo Lula (2003-2004). In: GIAMBIAGI, F. et all (Org.). *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.

GONÇALVES, R.. Globalização e desnacionalização. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1999.

HADDAD, J. H. (Org.). *Economia regional: teoria e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/ETIENE, 1989.

HERMANN, J. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre Econômico” (1964-1973). In: GIAMBIAGI, F. et all (Org.). *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.

HERMANN, J. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, F. et all (Org.). *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Dados econômicos e financeiros do Brasil*. Brasília, DF: IPEA, 2014.

ISARD, W.. *Méthodes D’analyse Régionale*. Paris, Dunod, 1962.

KALECKI, M. *Teoria da Dinâmica Econômica*. Coleção Os Economistas. São Paulo; Abril Cultural, 1983.

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Coleção os Economistas. Editora Nova Cultural Ltda, São Paulo. 1996.

LAPLANE, M. F. ; SARTI, Fernando . Prometeu Acorrentado: O Brasil na Indústria Mundial no Início do Século XXI. In: Ricardo Carneiro. (Org.). *A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula*. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 299-320.



LODDER, C. A. Padrões locacionais e desenvolvimento regional. *Revista Brasileira de Economia*. V. 28, n. 1, Jan./Mar. 1974.

MANTEGA, G.. Modelos de Crescimento e a Teoria do Desenvolvimento Econômico. *Relatório de Pesquisa N° 3*. Núcleo de Pesquisa e Publicações. São Paulo. EAESP/FGV/NPP, 1998.

MATOS, P. O.. *Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND*. Piracicaba, SP. USP, 2002.

MELLO, J. M. C.; A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica Latinoamericana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado. *Economia e Sociedade* (UNICAMP. Impresso), v. 9, p. 159-164, 1997.

MYRDAL, G.. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. *Textos de economia contemporânea* – Rio de Janeiro, 1960.

PACHECO, C. A. *Fragmentação da nação*. Campinas, SP. UNICAMP IE, 1998.

PACHECO, C. A.. Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores de produção e do investimento industrial. Brasília – IPEA, *Texto para discussão N° 633*, 1999.

PERROUX, F.. Les Espaces Économiques. *Économie Appliquée*, N°3, p. 225-244, 1955.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Coleção Os Economistas. São Paulo; Abril Cultural, 1982.

SERRA, J. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaios sobre a Crise*. Editora Brasiliense. 3ª edição. 1984.

SILVA, M. V. B ; NETO, R. M. S.. Concentração e crescimento regional do emprego industrial no Brasil, no período 1994-2004: Uma análise a partir das economias de aglomeração e da nova geografia econômica. In: V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos V ENABER, 2007, Recife. ANAIS do V ENABER, 2007.

TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. M.. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaios sobre a Crise*. Editora Brasiliense. 3ª edição. 1984.

VIANNA, S. B. Política econômica externa e industrialização: 1945-1951. In: ABREU, M. P. (Org.). *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

VIANNA, S. B.; VILLELA, A. O pós-Guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, F. et all (Org.). *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.